

Promessas da Rio 92 ainda não saíram do papel

Depois da euforia do encontro no ano passado, os discursos diplomáticos caíram no vazio

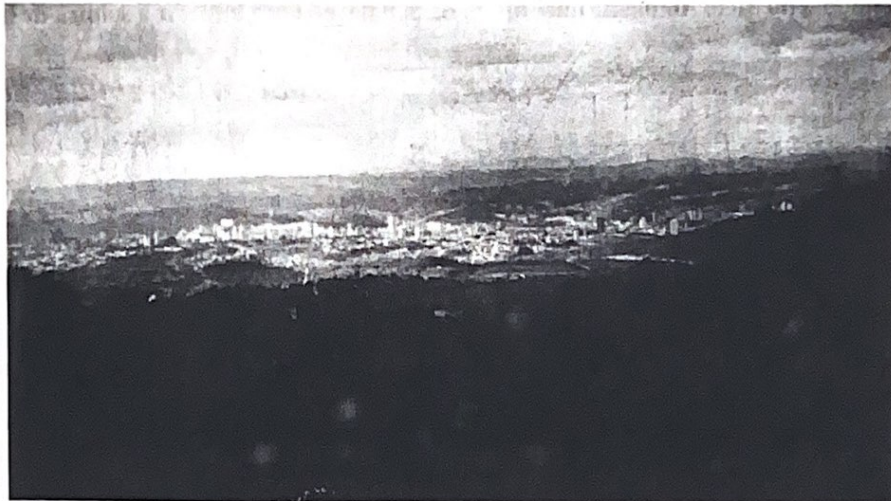
Liana John/AE

O primeiro aniversário da Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Rio-92, ocorre nesta semana, sem grandes motivos para comemorações. Os discursos diplomáticos caíram no vazio e os documentos burocráticos não se transformaram em ações políticas, ainda que tenham sido criados novos organismos internacionais e novas propostas no papel. Pior ainda: logo após a conferência, o movimento ambientalista sofreu um sério refluxo em boa parte dos 140 países cujos governantes compareceram à Rio-92. No Brasil, a crise política que sucedeu de imediato a conferência, a par da instabilidade dos secretários e ministro do meio ambiente, inviabilizou qualquer iniciativa séria, governamental ou não.

O país foi incapaz de formular projetos para trazer capital estrangeiro e financiar o desenvolvimento sustentado.

Nenhum projeto de conversão da dívida externa em benefício do meio ambiente saiu da intenção. Dos 4,1 bilhões de dólares prometidos durante a Rio-92 para a proteção da natureza brasileira efetivamente só foram liberados, até agora, US\$ 330 mil do grupo dos países ricos, o G-7, previstos no Plano Piloto de Florestas. Segundo informações do Ministério do Meio Ambiente, desse total, 30 mil dólares foram para a demarcação de terras indígenas, na FUNAI, Fundação Nacional do Índio. Cem mil foram destinados às duas instituições de pesquisa da Amazônia, Museu Goeldi, no Pará, e Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, no Amazonas, para a compra de equipamentos. Cento e trinta mil ainda serão usados na proteção de Florestas Nacionais e outros 70 mil serão pulverizados entre pequenos projetos, reservas extrativistas e pesquisas, nesse caso incluindo a Mata Atlântica.

De acordo com o ministro Coutinho Jorge, existem mais US\$ 50 bilhões no Banco Mundial à



Jundiá vista do Mirante da Serra do Japuí. As cidades só sobreviverão com a conservação das matas.

espera do detalhamento de projetos ambientais. Faltam competência técnica e recursos humanos para elaborar tais projetos. Na hipótese mais otimista, o G-7 só libera esse dinheiro para o país no final do ano, se as mudanças de ministério não atrapalharem.

No plano político a situação não é melhor.

Em novembro passado, cinco meses após a Rio-92, Brasília sediou uma reunião interparlamentar internacional só para discutir como transformar em lei os acordos feitos. O Brasil, país anfitrião e primeiro a assinar

os dois documentos mais importantes - a Convenção de Mudanças Climáticas e a de Biodiversidade - passou vergonha. Deveria ter apresentado tais documentos ao Congresso para transformá-los em lei nacional e assim ratificá-los. Mas os textos ainda nem haviam sido tra-

duzidos para o português. Só em março deste ano concluiu-se a tradução e os documentos passaram à comissão de Relações Exteriores da Câmara para apreciação, ainda sem prazo para votação. Mas a vergonha não é exclusividade brasileira. Ao voltar à Noruega,

logo após a Rio-92, a ex-ministra Gro Brundtland, tão badalada por suas teorias preservacionistas, mostrou que a prática só se aplica aos outros. Brundtland declarou publicamente ser favorável à caça às baleias. A caça está suspensa desde 1986 em todo o mundo, por uma moratória recém revalidada numa reunião no Japão, neste mês de maio. Apenas a Noruega, a Islândia e o Japão burlam a moratória, sob a desculpa de matar para "pesquisa científica". Enquanto isso, os Estados Unidos trocaram a imagem de "vilão ambiental" pela liderança nas ações concretas.

O Congresso americano ratificou em tempo recorde a Convenção de Mudanças Climáticas, ainda sob a administração Bush.

Quando Bill Clinton assumiu, logo tratou de reverter a disposição de fazer valer os acordos assinados através de leis de controle de emissões e ainda prometeu aderir à Convenção de Biodiversidade, embora com reservas. Foi uma estratégia bem sucedida.

Jogou poeira sobre os representantes dos países europeus, que no Rio discursaram tão bem, mas se atrasaram na tramitação da papelada. Até agora nenhum dos 12 países da Comunidade Européia ratificou as convenções e as perspectivas mais otimistas são de conseguiu-lo apenas em dezembro. No total, assinaram a Convenção de Mudanças Climáticas 158 países, e pelo menos 16 ratificaram o documento. São necessárias 50 ratificações para o acordo entrar em vigor.

A Convenção de Biodiversidade já aderiram 160 países e pelo menos 3 a ratificaram. Com 30 ratificações a convenção entra em vigor. Ambas as Convenções permaneceram abertas à assinatura na Organização das Nações Unidas, ONU, até este mês de junho. Daqui por diante, os países que ainda quiserem aderir terão de vencer alguns trâmites burocráticos a mais.

Publicidade, Mídia e Meio Ambiente

Cristina Müller

No começo do ano, como em todos os anos, uma mensagem foi vista por todas as partes habitadas do Globo: Beba Coca-Cola. Por mau ou por bem, todos os 5,5 bilhões de habitantes do Planeta, divididos em seis mil culturas, estão expostos à indústria da propaganda. Consumo desenfreado. O termo está sendo usado por ambientalistas do mundo para descrever a chave para o crescente e contínuo desastre em que se encontra o meio ambiente.

Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 22. O que é "desenvolvimento"? Para o mundo da publicidade é a expansão de mercados. Vende-se: estilos de vida, virilidade, juventude eterna, liberdade de expressão e existencial. E para os países industrializados, quem manda na sociedade é o mercado.

"Nosso maior desafio está em questionar não só os destruidores das florestas tropicais, mas também

as teorias embutidas que dão aos destruidores a licença para fazê-lo", explicou a editora da revista "Catalyst", Susan Meeker-Lowry, sobre o papel da mídia na luta para preservar o meio ambiente. "Entre estas está a crença no crescimento econômico ilimitado, fé no mercado capitalista, a redução das atividades humanas e aos recursos naturais a termos puramente econômicos e estilos de vida compatíveis apenas com padrões de alto consumo", elaborou.

A preocupação de Meeker-Lowry reflete uma tendência da mídia de esquerda com o modelo de desenvolvimento sendo usado pelos países industrializados. Os governos destes países europeus e norte-americanos estão reunidos em organismos internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI) e outros.

Disfarçado em "desenvolvimento auto-sustentável" estas instituições lançam no mundo a idéia de que é preciso se viver da

mesma forma em todo o mundo, independente de padrões culturais diversos. É o exemplo dos incentivos à construção de hidrelétricas. Nos anos 80, a represa de Aswan, no Egito, inundou milhares de hectares de terras agricultáveis na beira do rio Nilo. Esse projeto destruiu, em nome da industrialização e da modernidade, junto com o meio ambiente, um processo milenar de cultivo.

Há quem acredite que a mídia é a principal responsável. Noam Chomsky, um sociólogo norte-americano e especialista em mídia do M.T.T., em Boston, disse em seu livro "Manufaturando consentimento", que é o papel da mídia "comunicar mensagens e símbolos à população". De acordo com ele, "em um mundo de riqueza concentrada e conflitos de classe enormes, preencher este papel significa propagandizar sistematicamente".

Literalmente. Os maiores e mais famosos jornais americanos, o Washington Post e o New York Times, guardam 70% de sua páginas para os anúncios. No Guinness está lista

da "a maior revista da história". Com 11.040 páginas, 798 são destinadas a propaganda. Todos os anos, o Canadá corta 42 mil acres de suas florestas primárias para suprir a indústria jornalística do continente norte americano com o papel para imprimir a publicidade.

Em contrapartida, deixar de publicar pode prejudicar o processo de democratização do mundo. Sem informação, as pessoas não têm a possibilidade, mesmo que às vezes distorcida, de decisão própria. Alguns jornais e revistas têm procurado sobreviver sem anúncios, aumentando consideravelmente o preço das assinaturas. Na atual situação em que se encontra a economia mundial, o círculo vai se tornando cada vez mais difícil de quebrar. Há solução?

**A jornalista Cristina Müller trabalha como repórter de Meio Ambiente para o Grupo Estado. Com uma bolsa da Fundação Ford, ela passou os últimos seis meses na Duke University estudando Meio Ambiente e Política Pública.*